DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 4719/2015

PROCESSO TC/MS	:	TC/15981/2014
PROTOCOLO	:	1543762
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA
INTERESSADO	:	ROBERTO HASHIOKA SOLER
CARGO DO INTERESSADO	:	
TIPO DE PROCESSO	:	PROCESSO LICITATÓRIO ADM
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014
OBJETO	:	AQUISIÇÃO DE MALHAS, HELANCA E CONFECÇÃO DE CAMISETAS E BERMUDAS DESTINADOS AO UNIFORME ESCOLAR
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - 1ª FASE – PREGÃO PRESENCIAL – AQUISIÇÃO DE MALHAS E HELANCA – CONFECÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES – CAMISETAS E BERMUDAS - ATOS LEGAIS E REGULARES - PROSSEGUIMENTO.

Versam os presentes autos sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 007/2014 (fls. 50/76).

O fundamento legal a dar sustentação ao presente procedimento licitatório repousa nas disposições contidas pela Lei Federal nº 10520/2002, Lei Federal nº 8666/93, Decreto nº 702/2006 e demais legislação aplicável.

O objeto do presente procedimento licitatório é a aquisição de malhas helanca e confecções de camisetas e bermudas destinados ao fornecimento de uniforme escolar, conforme discriminação consignado no preâmbulo do Edital (fl. 50).

A dotação orçamentária a ser onerada pela presente licitação está consignada no item 9, do Edital (fl. 63).

A análise nesta fase desta primeira fase recai sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 007/2014 com vistas à dar sustentação às contratações dele derivadas, conforme o previsto no art. 120, I, "a", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nesta primeira fase opinando pela regularidade e legalidade dos mesmos, consoante Análise ANA-2ª ICE-1977/2015 (fls. 183/186).

O douto Ministério Público de Contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer PAR-MPC-GAB. 2 DR JOAOMJ-6583/2015 (peça 20 – fl. 451), opinando pela legalidade e regularidade de todo o processado,

É a síntese do relatório.

Conclusos, examino os presentes autos uma vez que observados os pressupostos processuais, dando-se prosseguimento nos termos do art. 112, II, "b", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 007/2014 foi instaurado visando a dar suporte jurídico às futuras contratações destinadas a atender as demandas com o fornecimento de uniforme escolar destinado a atender aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Nova Andradina/MS.

O fundamento legal a dar sustentação ao presente procedimento licitatório repousa nas disposições contidas na pela Lei Federal nº 10520/2002, Lei Federal nº 8666/93, Decreto nº 702/2006 e demais legislação aplicável.

O objeto do presente procedimento licitatório é a aquisição de malhas helanca e confecções de camisetas e bermudas destinados ao fornecimento de uniforme escolar aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme discriminação consignado no preâmbulo do Edital (fl. 50).

A dotação orçamentária a ser onerada pela presente licitação está consignada no item 9, do Edital (fl. 63).

O Corpo Técnico, após análise dos atos praticados, entende estarem em estrita obediência às formalidades exigidas para a seleção da melhor proposta, estando, pois, revestidos dos aspectos atinentes à legalidade e regularidade no seu processamento, recebendo o aval pela sua aprovação, nos seguintes termos (fl. 186), *verbis*:

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório **Pregão Presencial nº 7/2014** realizado pelo **Município de Nova Andradina** (CNPJ nº 03.173.317/0001-18), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160 de 02/01/2012, do inciso I do art. 120 e os incisos I e II do art. 122, todos do Regimento Interno deste Tribunal.

Na mesma linha de entendimento o douto Ministério Publico de Contas pugna pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório em apreço, mediante a seguinte dicção (peça 20 - fl. 451), *verbis*:

> Pelo que dos autos constam e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas conclui pela **regularidade do procedimento licitatório acima especificado**, nos termos do art. 120, I, 'a' c/c art. 122, I e II, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

Acolho o posicionamento adotado pelo eminente Procurador de Contas porquanto, de fato, o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 015/2014 se mostra adequado às normas legais vigentes, estando, pois, apto a dar sustentação aos contratos dele provenientes.

Diante do exposto, acolho o posicionamento adotado pelo Corpo Técnico e o Parecer do Ministério Público de Contas e, com fundamento no § 3º, IV, "a" do art. 10 c/c o art. 120, I e art. 122, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1 – pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 007/2014, instaurado pelo Município de Nova Andradina/MS, CNPJ/MF nº 03.173.317/0001-18, por meio do Pregoeiro Oficial devidamente autorizado pelo Secretario Municipal de Finanças e Gestão, Senhor Arion Aislan de Souza, CPF/MF nº 572.805.681-49, como unidade licitante, porquanto realizado em conformidade com a legislação pertinente, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pelo retorno destes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para o acompanhamento das contratações derivadas do presente procedimento licitatório, nos termos do disposto no art. 120, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – É a decisão.

4 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013.

Campo Grande/MS, 21 de julho de 2015.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator